



TRF 3 - Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Técnico Judiciário – Área Administrativa

LÍNGUA PORTUGUESA

Exercícios.....	1
Gabarito.....	52

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Exercícios.....	1
Gabarito.....	20

NOÇÕES SOBRE O DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Exercícios.....	1
Gabarito.....	21

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Exercícios.....	1
Gabarito.....	20

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Exercícios.....	1
Gabarito.....	23

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Exercícios.....	1
Gabarito.....	21

SUMÁRIO



NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

Exercícios	1
Gabarito	18

NOÇÕES DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Exercícios	1
Gabarito	23

NOÇÕES DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Exercícios	1
Gabarito	20

SUMÁRIO



1. FCC - AJ TRT18/TRT 18/ADMINISTRATIVA/CONTABILIDADE/2023

Língua Portuguesa (Português) - Conjugação. Reconhecimento e Emprego dos Modos e Tempos Verbais

Atenção: Para responder à questão, baseie-se no texto abaixo.

[Cidades devastadas]

Em vinte anos eliminaram a minha cidade e edificaram uma cidade estranha. Para quem continuou morando lá, a amputação pode ter sido lenta, quase indolor; para mim, foi uma cirurgia de urgência, sem a inconsciência do anestésico.

Enterraram a minha cidade e muito de mim com ela. Por cima de nós construíram casas modernas, arranha-céus, agências bancárias; pintaram tudo, deceparam árvores, demoliram, mudaram fachadas. Como se tivessem o propósito de desorientar-me, de destruir tudo o que me estendia uma ponte entre o que sou e o que fui. Enterraram me vivo na cidade morta.

Mas, feliz ou infelizmente, ainda não conseguiram soterrar de todo a minha cidade. Vou andando pela paisagem nova, desconhecida, pela paisagem que não me quer e eu não entendo, quando de repente, entre dois prédios hostis, esquecida por enquanto dos zangões imobiliários, surge, intacta e doce, a casa de Maria. Dói também a casa de Maria, mas é uma dor que conheço, íntima e amiga.

Não digo nada a ninguém, disfarço o espanto dessa descoberta para não chamar o empreiteiro das demolições. Ah, se eles, os empreiteiros, soubessem que aqui e ali, repontam restos emocionantes da minha cidade em ruínas! Se eles soubessem que aqui e ali vou encontrando passadiços que me permitem cruzar o abismo!

(Adaptado de CAMPOS, Paulo Mendes. Os sabiás da crônica. Antologia. Belo Horizonte: Autêntica, 2021, p. 209-210;

Está correto o emprego de todas as formas verbais na frase:

- (A) Quem se propor a recuperar a visão de sua cidade natal, municie-se de muita tolerância.
- (B) Para que se revejem vestígios da nossa antiga cidade, urge alimentar a imaginação.
- (C) Conter-se-ia nossa decepção caso déssemos, de súbito, com uma casinha poupada?
- (D) A menos que retêssemos na memória uma imagem fiel, nada escaparia a tal devastação.
- (E) Ele havia salvo da devastação da cidade alguns vestígios que se mantiveram vivos.

2. FCC - AJ TRT18/TRT 18/JUDICIÁRIA/OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL/2023

Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Correlação Verbal

Atenção: Para responder à questão, baseie-se no texto abaixo.

Uma visita

Era Já no fim da tarde quando a moça - muito linda, mas muito aflita -, de nome Francisca Bastos Cordeiro, foi entrando pela porta entreaberta do chalé, seguiu direto ao quarto (antiga sala de costura da casa, ao tempo em que sua dona era viva), onde encontrou, estendido e frágil numa pequena cama de ferro, aquele homem, muito velhinho Já, agonizante quase, que lhe fora bom companheiro em noites idas de sua infância, quando com ela jogava o sete e meio e lhe ensinava a recitar poemas na casa de sua avó.

- Vim vê-lo, foi dizendo a moça, inventando uma alegria na voz que lhe disfarçasse a emoção. Estou com muitas saudades suas. E o senhor, não está com saudades de mim?

- Estou, sim - disse o velho, numa voz muito cava e muito triste. Estou com saudade da vida.

No dia seguinte morria Machado de Assis. A tarde era a de 28 de setembro de 1908. A rua era a do Cosme Velho.



Raciocínio Lógico-Matemático

1. FCC - AJ TRT18/TRT 18/JUDICIÁRIA/OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL/2023

Assunto: Matemática - Porcentagem

Um professor observou que em sua disciplina 70% dos alunos foram aprovados sem necessidade de fazer a prova de recuperação. Na prova de recuperação, ele verificou que compareceram apenas 90% dos reprovados na primeira avaliação e que todos os que compareceram foram aprovados. Sabendo-se que 3 alunos foram reprovados na disciplina, o total de alunos nessa disciplina era

- (A) 80
- (B) 100
- (C) 70
- (D) 200
- (E) 120

2. FCC - AJ TRT18/TRT 18/JUDICIÁRIA/OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL/2023

Assunto: Matemática - Porcentagem

Abelardo gasta sua renda mensal da seguinte maneira: metade da renda é destinada para gastos fixos, tais como moradia e supermercado. Para os gastos variáveis, como lazer, ele destina 25% da renda, e com saúde ele gasta 15% de sua renda. O restante ele destina à sua poupança. Se no mês de novembro Abelardo poupou R\$ 1.200,00, sua renda nesse mês foi de

- (A) R\$ 12.000,00
- (B) R\$ 6.000,00
- (C) R\$ 24.000,00
- (D) R\$ 8.000,00
- (E) R\$ 10.000,00

3. FCC - AJ TRT18/TRT 18/JUDICIÁRIA/OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL/2023

Assunto: Matemática - Porcentagem

João pediu emprestado R\$ 1.000,00 a serem pagos em 30 dias com acréscimo de 10%, mas como pagou antes do prazo recebeu desconto de 5% sobre o valor que deveria pagar. O valor pago pelo empréstimo foi de:

- (A) R\$ 1.105,00
- (B) R\$ 1.005,00
- (C) R\$ 1.045,00
- (D) R\$ 1.255,00
- (E) R\$ 1.095,00



1. FCC - AGAAS (PREF RECIFE)/PREF RECIFE/2022

Assunto: Direitos Humanos - Disposições Gerais (arts. 1º ao 3º da Lei nº 13.146/2015)

Segundo a regra expressa da legislação vigente, a avaliação da deficiência, quando necessária, será de natureza

(A) médica, mediante emissão de laudo que aponte a condição do avaliado, segundo critérios diagnósticos do CID (Código Internacional de Doenças).

(B) biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar que considerará, entre outros aspectos, impedimentos do corpo, limitação de atividades e restrição de participação.

(C) biopsíquica, realizada por equipe de saúde que considere simultaneamente as restrições de natureza física e mental.

(D) funcional, devendo ser promovida por médico ou profissional de saúde habilitado, a partir dos critérios da Classificação de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde do Ministério da Saúde.

(E) ampla, mas com ênfase nos aspectos que atendam a finalidade para a qual foi solicitada, devendo ser realizada preferencialmente por equipe de referência no atendimento longitudinal do avaliado.

2. FCC - AGAAS (PREF RECIFE)/PREF RECIFE/2022

Assunto: Direitos Humanos - Disposições Gerais (arts. 1º ao 3º da Lei nº 13.146/2015)

As adaptações razoáveis visam assegurar que a pessoa com deficiência possa gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais. Segundo a definição legal, elas correspondem

(A) às melhorias necessárias para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários e equipamentos urbanos.

(B) à concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de projeto específico.

(C) a estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência.

(D) a ajustes necessários que não acarretem ônus desproporcional e indevido, quando requeridos em cada caso.

(E) às alterações substanciais de objetos existentes nas vias e espaços públicos, tais como semáforos, postes de sinalização e pontos de acesso às telecomunicações.

3. FCC - ANA AC (PREF RECIFE)/PREF RECIFE/AUDIODESCRITOR/2022

Assunto: Direitos Humanos - Disposições Gerais (arts. 1º ao 3º da Lei nº 13.146/2015)

O conceito de deficiência hoje vigente no Estatuto da Pessoa com Deficiência corresponde

(A) à incapacidade para o trabalho e para a vida independente determinada por limitações físicas, sensoriais ou mentais de média ou longa duração.

(B) à perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.



1. FCC - SOLD (PM BA)/PM BA/2023

Assunto: Direito Constitucional - Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Nos termos da Constituição Federal, constitui um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil

- (A) erradicar as desigualdades sociais e regionais.
- (B) reduzir a pobreza e a marginalização.
- (C) garantir o desenvolvimento nacional e internacional.
- (D) assegurar a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
- (E) construir uma sociedade livre, justa e solidária.

2. FCC - SOLD (PM BA)/PM BA/2023

Assunto: Direito Constitucional - Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

São objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I. promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

II. permitir a livre manifestação do pensamento, sendo permitido o anonimato.

III. erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Está correto o que consta de

- (A) I e III, apenas
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, apenas
- (D) II, apenas.
- (E) I, II e III.

3. FCC - ASS TD (DPE AM)/DPE AM/ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2023

Assunto: Direito Constitucional - Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

A solução pacífica dos conflitos é prevista na Constituição Federal de 1988 como

- (A) objetivo fundamental.
- (B) fundamento da República.
- (C) princípio das relações internacionais.
- (D) parte do preâmbulo.
- (E) direito e garantia fundamental



1. FCC - ASS TD (DPE AM)/DPE AM/ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2023

Assunto: Administração Geral e Pública - Governança Pública

A governança está relacionada à possibilidade de uma gestão pública eficiente, inserindo-se como uma continuidade do modelo de Administração Pública gerencial, focada em

- (A) capacidade.
- (B) celeridade.
- (C) formalidade.
- (D) legalidade.
- (E) eficácia.

2. FCC - TJ TRT21/TRT 21/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2023

Assunto: Administração Geral e Pública - Governança Pública

As funções e atividades envolvidas na gestão de riscos, na forma preconizada pelo Referencial Básico de Governança Organizacional para organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU, são atribuídas a agentes ou órgãos de primeira, segunda e terceira linha, sendo que

- (A) a auditoria externa e o TCU integram, respectivamente, a segunda e terceira linhas, sendo responsáveis pela verificação de conformidade e suficiência dos sistemas internos de gestão e monitoramento de riscos.
- (B) a primeira linha é composta pelos comitês de gestão de risco e pelos órgãos de compliance e conformidade e tem o papel de evitar a materialização dos riscos, propondo medidas de contenção e, quando não viáveis, ações de mitigação.
- (C) os órgãos de gestão integram a segunda e terceira linhas e são responsáveis por comunicar aos órgãos de primeira linha (alta liderança) os eventos de risco materializados ou na iminência de ocorrerem.
- (D) a auditoria interna integra a terceira linha e tem entre suas atribuições fornecer às instâncias de governança avaliação objetiva acerca da gestão e reporte dos riscos considerados críticos e do desenho e operação dos processos de gestão de riscos na organização.
- (E) o TCU, embora não integre nenhuma das linhas, é responsável pela validação do modelo de gestão de riscos, devendo aprovar, anualmente, o plano de auditoria interna, a matriz de riscos da organização jurisdicionada e os integrantes da primeira linha.

3. FCC - TJ (TJ BA)/TJ BA/JUDICIÁRIA/ESCREVENTE DE CARTÓRIO/2023

Assunto: Administração Geral e Pública - Gestão por Processos (BPM CBOK, Ciclo PDCA, 6 Sigma etc.)

O Ciclo PDCA, como ferramenta utilizada pelas organizações, presta-se a

- (A) apoiar a gestão por processos, evitando erros a partir de ações de planejamento, execução, controle e correção.
- (B) instrumentalizar gestão por projetos, mapeando os pontos críticos nos respectivos cronogramas de execução.
- (C) estabelecer as ações de planejamento, diagnóstico, compliance e accountability na implementação da gestão de contratos.



Noções de Direito Processual Civil

1. FCC - AJ TRT22/TRT 22/ÁREA ADMINISTRATIVA SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto : Direito Digital - Lei nº 11.419/2006 - Informatização do Processo Judicial

Lindomar, advogado, recebeu a publicação da procedência em parte de uma reclamação trabalhista que tramita por meio de processo eletrônico, disponibilizada em 10/03 (6ª-feira), mas com data de 09/03 (5ª-feira). Ele está em dúvida quanto ao seu prazo para ingressar com recurso ordinário, porque dia 15/03 (4ª-feira) é feriado municipal, e pergunta para uma colega, que esclarece que seu prazo final será em

- (A) 23/03.
- (B) 22/03.
- (C) 20/03.
- (D) 17/03.
- (E) 21/03.

2. FCC - TJ TRT14/TRT 14/ADMINISTRATIVA/2022

Assunto: Direito Digital - Lei nº 11.419/2006 - Informatização do Processo Judicial

Vitor e Marília estão estudando juntos para um concurso público e se depararam com a seguinte questão referente a prazos processuais no processo eletrônico: o Acórdão que negou provimento a um recurso ordinário foi disponibilizado em 11/11 (6ª feira), mas com data de 10/11 (5ª feira). Sabendo-se que o dia 15/11 (3ª feira) é feriado nacional e que em 14/11 haverá expediente normal no Tribunal Regional do Trabalho, a data final para interposição de recurso de revista será

- (A) 24/11.
- (B) 23/11.
- (C) 22/11.
- (D) 21/11.
- (E) 18/11.

3. FCC - AJ TRT4/TRT 4/JUDICIÁRIA"/SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Direito Processual Civil - Aplicação das Normas Processuais (arts. 13 a 15)

De acordo com o que dispõe o Código de Processo Civil,

- (A) em nenhuma hipótese, poderá ser proferida decisão contra uma das partes do processo sem que ela seja previamente ouvida.
- (B) na ausência de normas que regulem processos eleitorais, trabalhistas ou administrativos, as disposições desse Código lhes serão aplicadas supletiva e subsidiariamente.
- (C) os juízes e os tribunais atenderão, obrigatoriamente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão. A lista de processos aptos a julgamento deverá estar permanentemente à disposição para consulta pública em cartório e na rede mundial de computadores.
- (D) a norma processual não retroagirá, salvo para beneficiar o réu, e será aplicável imediatamente aos processos em curso, respeitados, quando possível, os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada.



Noções de Direito Processual Penal

1. FCC - DP ES/DPE ES/2023

Assunto: Direito Processual Penal - Da Ação Penal (arts. 24 a 62 do CPP)

Considere os casos a seguir:

1. Paulo praticou o crime de furto qualificado mediante fraude contra seu irmão unilateral Pedro: Neste caso, a vítima é seu irmão, logo a ação penal será pública condicionada à representação.

2. Carlos residia com seus pais há pouco mais de um mês quando praticou o delito de apropriação indébita, cuja ofendida é sua genitora, que contava com 60 anos na data dos fatos: Carlos cometeu o crime contra sua genitora, sendo o delito considerado de violência doméstica. Assim, a ação penal será pública incondicionada.

3. Diana, que contava com 61 anos quando dos fatos, residente na cidade de Vila Velha/ES, foi vítima do crime de estelionato simples praticado por seu irmão, Antônio, que reside em Vitória/ES: Como o crime de estelionato não é considerado de violência doméstica, a ação penal será pública condicionada à representação.

4. Renato praticou a infração penal de incêndio culposo na habitação de seu filho Rafael: Se houver isenção de pena ou exclusão do crime, Renato não deve ser processado. Caso contrário, a ação penal será pública incondicionada.

Analisando as hipóteses acima, em relação a eventual ação penal e sua necessidade, é correto afirmar que:

(A) A ação penal no caso de Renato será pública incondicionada, ao passo que a ação penal em desfavor de Antônio será condicionada à representação.

(B) A ação penal contra Paulo será pública condicionada à representação, mesma hipótese para o caso de Renato.

(C) A ação penal contra Antônio será pública incondicionada, ao passo que a ação penal em desfavor de Carlos será pública condicionada à representação.

(D) Renato sequer deve ser processado, pois incide hipótese de isenção de pena, ao passo que a ação penal contra Carlos será pública incondicionada.

(E) A ação penal em desfavor de Carlos será pública incondicionada, mesma hipótese para o caso de Paulo.

2. FCC - DP CE/DPE CE/2022

Assunto: Direito Processual Penal - Da Ação Penal (arts. 24 a 62 do CPP)

O acordo de não persecução penal

(A) reforça o sistema acusatório ao permitir que o Ministério Público proponha acordo antes mesmo da análise do arquivamento da acusação ou oferecimento da denúncia.

(B) não será cabível se o agente tiver realizado outro acordo de não persecução penal no período de 5 (cinco) anos anteriores ao cometimento da infração.

(C) não será cabível em crimes praticados contra o meio ambiente devido ao âmbito de proteção constitucional do bem jurídico penalmente tutelado.

(D) será cabível em crimes culposos com resultado violento, exceto no crime de homicídio culposo na direção de veículo automotor.



Noções de Direito Previdenciário

1. FCC - DP SP/DPE SP/2023

Assunto: Direito Tributário - Princípios Tributários

A desigualdade social é um problema estrutural transpassado por relações de gênero, raça e classe ao definir espaços sociais que os indivíduos ocupam. Considere as seguintes medidas a serem adotadas em eventual reforma tributária.

I. A manutenção dos benefícios tributários aos produtos da cesta básica.

II. A aplicação de alíquota diferenciada de imposto sobre renda para contribuintes servidores públicos com ensino superior completo.

III. A criação de apoios específicos para o afroempreendedorismo, com linhas de crédito e subsídios específicos.

IV. A criação de benefícios fiscais para o consumo de produtos como absorventes, fraldas, anticoncepcionais e medicação hormonal.

Visando a mitigação da desigualdade mencionada, sob a perspectiva jurídico-constitucional, é correto o que se afirma **APENAS** em

(A) I, II e III.

(B) I, III e IV.

(C) II, III e IV.

(D) I e III.

(E) I e IV.

2. FCC - DP ES/DPE ES/2023

Assunto: Direito Tributário - Princípios Tributários

A progressividade, em matéria tributária, não se mostra exclusivamente como uma decorrência da conceituação da justiça redistributiva. Para além da capacidade contributiva, também se baseia em parâmetro nascido da Ordem Econômica, a progressividade:

(A) contextual

(B) social.

(C) orgânica.

(D) econômica.

(E) estrutural.

3. FCC - ANA PROC (PGE AM)/PGE AM/2022

Assunto: Direito Tributário - Princípios Tributários

O princípio da anterioridade nonagesimal foi instituído, como regra, pela Emenda Constitucional no 42/2003. Nos termos da Constituição Federal, é exceção ao princípio da anterioridade nonagesimal a majoração

(A) dos impostos sobre produtos industrializados, importação e exportação.

(B) da base de cálculo do imposto sobre propriedade de veículos automotores e da alíquota do imposto sobre importação.



1. FCC - AGAAS (PREF RECIFE)/PREF RECIFE/2022

Assunto: Direito Previdenciário - Conceito de Seguridade Social

Segundo o art. 194 da Constituição Federal, a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à

- (A) saúde, à educação e à assistência social.
- (B) assistência social, ao emprego e à previdência social.
- (C) saúde, à educação e à previdência social.
- (D) educação, ao emprego e à previdência social.
- (E) previdência social, à assistência social e à saúde.

2. FCC - EP SAU (PREF MACAPÁ)/PREF MACAPÁ/ASSISTENTE SOCIAL/2018

Assunto: Direito Previdenciário - Conceito de Seguridade Social

A Seguridade Social é composta por um conjunto de ações tanto públicas, quanto da sociedade. Tais ações estão voltadas para assegurar o direito à

- (A) saúde, previdência e assistência social.
- (B) saúde, trabalho e educação.
- (C) previdência social, trabalho e educação.
- (D) previdência social, trabalho e habitação.
- (E) assistência, previdência social e educação.

3. FCC - AJP (FUNAPE)/FUNAPE/2017

Assunto: Direito Previdenciário - Conceito de Seguridade Social

Conforme estatuído na Constituição Federal de 1988, as ações realizadas pelos Poderes Públicos em prol da Seguridade Social visam a assegurar exclusivamente direitos atinentes a

- (A) saúde, educação e previdência social.
- (B) educação, segurança pública e assistência social.
- (C) saúde, previdência e assistência social.
- (D) cultura, saúde e assistência social.
- (E) previdência pública e assistência social.

4. FCC - DP CE/DPE CE/2022

Assunto: Direito Previdenciário - Princípios e Objetivos da Seguridade Social

São princípios e objetivos da seguridade social, EXCETO:

- (A) a irredutibilidade do valor dos benefícios.
- (B) a equidade na forma de participação no custeio.
- (C) a gestão administrativa bipartite.
- (D) a seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.